


Movimentos inter-religiosos no Brasil e globalização contra-hegemônica

Inter-religious movements in Brazil and counter-hegemonic globalization

Claudio de Oliveira RIBEIRO¹

 0000-0001-8660-4419

Resumo

O texto apresenta resultados de pesquisa sobre as possibilidades de inserção religiosa nos processos de globalização contra-hegemônica, em especial o papel das experiências inter-religiosas no Brasil, que possam ocorrer como crítica à lógica e ao poder imperial. O foco das análises é o eixo articulador entre a preocupação religiosa pela paz, pela justiça e pela integridade da criação e a crítica às formas e expressões de Império. Para isso, um dos destaques é a tradição teológica cristã latino-americana, que está presente no contexto dos movimentos inter-religiosos analisados. A partir dela, mas em diálogo com autores de diferentes contextos, afirma-se a importância da crítica às relações de dominação e de exclusão socioeconômica que marcam a atualidade e que caracterizam o domínio de um “novo Império”, capitaneado pelo sistema econômico capitalista, que, não obstante as reações contra-hegemônicas, condiciona e dirige as formas de pensar e de agir dos diferentes grupos e culturas e os sistemas de valores presentes na sociedade. Constatou-se que as práticas dos movimentos inter-religiosos analisados na pesquisa, em função de suas pautas no campo dos direitos e ações sociopolíticas articuladas com iniciativas de reforço da democracia, podem ser consideradas, juntamente com diferentes movimentos sociais, forças contra-hegemônicas expressivas.

Palavras-chave: Globalização. Movimentos inter-religiosos. Pluralismo. Teologia ecumênica das religiões.

Abstract

The text presents research on the insertion of religion in hegemonic globalization, in particular the role of interfaith experiences in Brazil, which may be critical of imperial logic and power. The focus is on the common thread between religious concerns for peace, justice and integrity of creation, and the critique of Empire forms and expressions. One of the highlights is Latin American Christian theological tradition, present in the context of the analyzed movements. Along with dialogues with differently-situated authors, it allows us to affirm the importance of the recent critique of relations of domination and socio-economic exclusion that characterize the dominance of a “new Empire” captained by the capitalist economic system, which notwithstanding the counter-hegemonic reactions, conditions and directs the ways different groups and cultures think and act, as well as the systems of values present in society. The practices of the analyzed movements, given their demands in the field of rights and sociopolitical actions articulated with initiatives to strengthen democracy, can be considered, as much as different social movements, expressive counter-hegemonic forces.

Keywords: Globalization. Inter-religious movements. Pluralism. Ecumenical Theology of religions.

¹ Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Teologia e Ciências da Religião, Conselho Diretor. R. Ministro Godóy, 961, 4E09, Perdizes, 05015-001, São Paulo, SP, Brasil. E-mail: <cdeoliveiraribeiro@gmail.com>.

Introdução

Dentre diferentes questões que demarcam a relação entre espaço público, religiões e política, todas complexas por suposto, se tem se dedicado aos temas que articulam o pluralismo religioso e as possibilidades de fortalecimento da democracia e das propostas em defesa dos direitos humanos e da terra. Um dos aspectos que tenho procurado dar atenção é sobre a esfera de atuação e a auto-compreensão dos movimentos inter-religiosos no Brasil. A pesquisa, focada na análise da relação entre as experiências inter-religiosas e os processos de aprofundamento da democracia e dos direitos no Brasil, originou-se no fato que tem chamado a atenção de termos uma dimensão ambígua no quadro religioso brasileiro no tocante às questões ecumênicas. Percebeu-se ao mesmo tempo o fortalecimento institucional e popular de propostas religiosas com acentos mais verticalistas e conflituos, fechadas ao diálogo, marcadas por violência simbólica e de caráter fundamentalista, e, também, formas ecumênicas de diálogo entre grupos religiosos distintos. Foi ao segundo grupo de experiências que este trabalho foi dedicado.

Ao observar esse quadro ambíguo surgiram diferentes perguntas: como essa realidade religiosa, especialmente com as suas contradições, incide no quadro social e político, e vice-versa? Como podem coexistir no mesmo tempo e espaço social práticas sociorreligiosas fechadas ao diálogo e aquelas que defendem a pluralidade e a aproximação entre grupos religiosos? De que modo as formas ecumênicas lidam com as próprias questões e limitações internas, como, por exemplo, não priorizarem ou não aprofundarem o diálogo em pontos cruciais da reflexão teológica como a relação entre religião e economia ou a defesa radical da democracia e dos direitos humanos para além dos aspectos formais?

Com essas questões em mente, traçou-se os objetivos deste texto cuja essência foi fundamentalmente analisar os impactos da presença pública inter-religiosa no aprofundamento da democracia e da defesa dos direitos humanos no Brasil. Nessa direção, se pergunta ainda: como as formas de diálogo inter-religioso interferem no fortalecimento de uma cultura democrática e de práticas afins? Qual o papel de práticas religiosas ecumênicas em um projeto de paz, de defesa dos direitos humanos e de aprofundamento da democracia para as futuras gerações?

As presentes análises têm procurado apresentar elementos que contribuam para a elaboração de um referencial metodológico que possa orientar a produção de avaliações sociais da religião, em especial relativas às experiências inter-religiosas no Brasil. A expectativa é que com esses referenciais os grupos interessados possam responder mais adequadamente aos desafios que surgem da complexidade da realidade social e do pluralismo religioso. Neste texto, serão apresentados apenas alguns dos resultados da pesquisa que se desenvolveu com movimentos inter-religiosos no Brasil, que serão descritos na sequência. Há ciência de que eles exigem desdobramentos para o aprofundamento das análises.

Experiências inter-religiosas no Brasil

As interfaces do pluralismo religioso com dimensões da esfera pública correspondem a uma temática relativamente nova no contexto latino-americano. Análises anteriores, como as

de Löwy (2000) e as Campos (1997), privilegiavam setores específicos do quadro religioso brasileiro, especialmente o catolicismo e o pentecostalismo. No entanto, os temas relacionados ao pluralismo religioso vêm ganhando destaque no debate acadêmico atual. Em parte, essa ênfase se dá como resposta à realidade sociocultural a qual é encontrada nas últimas décadas maior visibilidade da diferença religiosa, no Brasil e no mundo, maior intensidade no debate sobre religião e democracia, especialmente os temas ligados à laicidade do Estado, mas também a ambiguidade de termos, ao mesmo tempo, situações conflitivas e busca de diálogo entre grupos religiosos distintos em diferentes áreas da vida social. Além disso, também ganha nitidez no Brasil o número de pessoas que se declaram “sem religião”, como revelam os últimos censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o que reforça a agenda temática da laicidade do Estado e questões afins.

Como a pesquisa realizada visou a avaliar a presença pública inter-religiosa no fortalecimento da democracia e dos direitos humanos no Brasil, descreveu-se experiências inter-religiosas brasileiras significativas que apontam na direção desses temas. O detalhamento do material pesquisado, da metodologia utilizada e os critérios de escolha dos movimentos e organizações inter-religiosas analisados se encontram descritos em “Religião, democracia e direitos humanos: presença pública inter-religiosa no fortalecimento da democracia e na defesa dos direitos humanos no Brasil” (RIBEIRO, 2016). Não serão consideradas diretamente ações especificamente governamentais. Elas têm tido certo destaque nos últimos quinze anos, especialmente motivadas pelos esforços do governo federal brasileiro, constituídos a partir da Assessoria da Política da Diversidade Religiosa da Secretaria dos Direitos Humanos (da Presidência da República), área responsável pelo planejamento e pela articulação de políticas voltadas para a defesa e a promoção da liberdade religiosa no Brasil, o enfrentamento da intolerância religiosa e a promoção da laicidade do Estado. Nesse âmbito, destaca-se o Comitê Nacional da Diversidade Religiosa, com uma série de iniciativas no campo dos direitos e da consolidação democrática. Os governos estaduais também possuem iniciativas dessa natureza, como o Fórum Inter-Religioso da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo, o Centro de Promoção da Liberdade Religiosa e Direitos Humanos (Ceplir), da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro, e outros. Da mesma forma, há também fóruns municipais de cidades que não são capitais de estados e outros específicos e localizados em escolas e grupos associativos diversos. Também não será considerado diretamente diversas organizações e conselhos que agregam iniciativas dentro de um ramo religioso específico, embora com perspectivas de diálogo em ações no campo dos direitos humanos e democracia. Esse é, por exemplo, o caso do Conselho Latino-Americano de Igrejas (CLAI), do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic) ou de redes de articulação de religiões afro-brasileiras.

Para a escolha das experiências inter-religiosas, optou-se por fóruns inter-religiosos e organizações ecumênicas ou similares com os seguintes critérios: (a) que tivessem atividades com certa regularidade, não se resumindo em eventos esporádicos, ou seja, com uma identidade (básica) de trabalho e um grupo participante ou dirigente comum (mínimo que seja); (b) que tivessem um histórico de pelo menos dois ou três anos de atividades e com perspectivas de continuidade para os próximos anos, isto é, que não seja algo pontual ou que pode ser em breve extinto, e (c) que tivessem algum material escrito que tratasse do perfil da experiência, seja eletrônico (*site*, *blog*, páginas), seja impresso (folheto, livreto, publicações, entre outros). Isto é, certo registro para que o acesso não se restrinja a entrevistas ou observação. Levando

em conta o escopo da pesquisa, dentre várias iniciativas, se identificaram as seguintes: Comitê Inter-Religioso do Estado do Pará (Ciepa); Encontro da Nova Consciência – Campina Grande (PB); Fórum Inter-Religioso do Recife (PE), organizado pelo Observatório Transdisciplinar das Religiões; Comissão de Combate à Intolerância Religiosa (CCIR) – Rio de Janeiro (RJ); Casa das Religiões Unidas (SP e BA); Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso (Fonaper); Koinonia Presença Ecumênica e Serviço; Centro Ecumênico de Serviço à Evangelização e à Educação Popular (Ceseep); e Rede Ecumênica de Juventude (Reju).

A análise que foi feita das variadas práticas e discursos desses diferentes movimentos e instituições possibilitou diferenciá-las em dois grupos. Não se trata de dividir os movimentos e instituições listadas em dois grupos específicos. O que se está colocando é que o conjunto de experiências e discursos – como carta de princípios, materiais didáticos, descrições de objetivos e de propostas de ação e de atividades –, fornecem condições de identificar duas perspectivas distintas. A primeira possui uma conotação religiosa mais explícita, ao realçar atividades cúlticas e práticas devocionais, e por ser inter-religiosa não está em sintonia com visões doutrinárias conservadoras ou fechadas, mas, como tendência, não explicitam aspectos de natureza política mais nítida, como a luta pelos direitos humanos, por exemplo, e com as questões que lhes são mais diretamente relacionadas como o combate aos racismos, ao sexismo e ao homofobismo. Além disso, não trata das questões econômicas, especialmente a crítica ao sistema capitalista como produtor de desigualdades sociais. A segunda possui uma conotação religiosa mais implícita, sem enfatizar atividades cúlticas ou devocionais, mas realça a crítica ao sistema econômico, e com foco na reflexão e ação sobre as causas das divisões que se dão na sociedade. Esta pareceu majoritária entre as experiências vistas.

A preocupação metodológica deste estudo se concentrou em um eixo básico que é a articulação conceitual das perspectivas teóricas que se consideram fundamentais para uma hermenêutica do quadro de valorização do pluralismo religioso, em especial o das experiências inter-religiosas. Viu-se três blocos conceituais: (i) a noção de “alteridade” e a perspectiva ecumênica; (ii) a concepção de “entre-lugar” e de “fronteira”, e (iii) a lógica do “Império” e a noção de globalização contra-hegemônica. Procurou-se apresentar essas visões tendo em vista uma compreensão mais adequada da incidência da presença pública das religiões nas questões sociais que reforcem os direitos humanos e a democracia. Neste texto, devido os seus limites, será sintetizado apenas o terceiro bloco.

Poder imperial e globalização contra-hegemônica

No tocante às análises sobre o pluralismo religioso e, também, sobre os diferenciais de poder que marcam as relações inter-religiosas, considera-se que seja oportuno o debate sobre o poder imperial, as formas de globalização contra-hegemônica e como essas tensões incidem no contexto religioso.

Hardt e Negri (2001) mostram, no livro “Império”, que a nova realidade social e política do mundo globalizado é definida por uma forma de organização diferente da antiga hierarquia vertical, com um rei ou país no topo exercendo o poder sobre os demais. Ou também diferente das estruturas de poder que se configurava como uma árvore (ou seja, partindo de um tronco único para diversas ramificações ou galhos cada vez menores). Para os referidos autores, a

nova forma de dominação, que eles denominam “Império” é constituída por redes assimétricas. Um lado com mais poder do que o outro, sendo que esse poder é desigual e desproporcional. Dessa forma, as relações de poder e de dominação se dão mais por via cultural e econômica do que pelo uso coercitivo de força, como era no passado. Os autores mostram que as entidades organizadas como redes, essas como corporações empresariais, organizações não governamentais e até mesmo grupos terroristas, têm mais poder e mobilidade nos dias de hoje e podem influenciar decisivamente, para o bem e para o mal, a sociedade e formar valores e visões de mundo. O Estado, partidos políticos e empresas tradicionais que valorizam a produção tornam espaços de menor poder e influência.

O poder econômico desigual e assimétrico passa a determinar os rumos da sociedade. As organizações em rede, porque estão mais facilmente adaptadas ao novo ambiente social gerado pela globalização, criam e recriam valores e visões de mundo e podem tanto ameaçar a vida humana, a democracia e a participação das pessoas e grupos quanto protegê-los. No entanto, não se pode esquecer que as redes que estão no segundo grupo, ou seja, aquelas que visam defender a vida e os valores humanos estão em enorme desproporção de poder se comparada com as grandes corporações econômicas.

Compreende-se a noção de Império a partir da identificação de um conglomerado de forças econômicas, políticas e simbólicas que convergem para um domínio total na sociedade exercido globalmente por elites de fortíssimo poder econômico e militar, sem fronteiras e sem limites. No caso da realidade globalizada em que se vive hoje, segue-se as indicações de alguns autores que afirmam:

Este Império global é o Império do capitalismo financeiro tardio, o eixo econômico que congrega, com seu poder virtual, os outros poderes: político, militar, cultural. Toda a diversidade do mundo reduz-se a uma única maneira lícita – para o Império – de gerir o econômico. A verdadeira rede que contém o Império é a rede financeira internacional: a isso devem submeter-se povos e expectativas, culturas e nações (MIGUEZ; RIEGER; MO SUNG, 2012, p.29).

Não há no domínio imperial formas políticas institucionais específicas, um centro unificado, embora alguns países se destaquem pela assimilação da lógica do mercado financeiro, na qual o elemento da maximização do lucro ao estar no centro do sistema de valores e de visões de mundo está acima e na maior parte das vezes em contraposição ao sentido da vida humana, da natureza e dos direitos de ambos. Para isso, se evitam formas de controle da economia e políticas que regulem os exercícios do poder. “Esse esvaziamento do democrático, que é no fundo a anulação do político, é justamente o espaço onde se insere a possibilidade imperial. O democrático fica sem fundamento, passa a ser um significante vazio, fica sem uma ancoragem na realidade” (MIGUEZ; RIEGER; MO SUNG, 2012, p.27).

Para o exercício do domínio, os grupos hegemônicos, ou seja, aqueles que detêm o poder e que, em boa parte das vezes estão invisíveis, desenvolvem suas práticas articulando as ações políticas e econômicas com certos símbolos, subjetividades e forças de comunicação que geram uma cosmovisão e uma forma de gerir a vida e a sociedade. É o que os autores acima denominam “o espírito do Império”. A partir dele se criam condições de se negarem ou mesmo se anularem outros poderes, como o dos grupos subalternos, mulheres, jovens, entre outros grupos. Também se bloqueia o surgimento de opções políticas alternativas à dominação. Além disso, dentro do espírito do Império não há lugar para dissensos, alteridades e antagonismos.

O conceito de Império se caracteriza por se colocar sem limites, acima da história, com pretensões de eternidade, presente em todas as realidades sociais. São grupos que se sentem no direito de regular e reger diretamente a natureza humana. Também buscam camuflar a sua violência inerente muitas vezes com um discurso artificial de igualdade, de paz e de desenvolvimento, sem levar em conta a justiça. Por essas razões é que o referido espírito, além de possuir um tipo próprio de “transcendência”, essa ideia de estar acima, se reforçou ainda mais no espaço religioso, em função da ambiguidade da religião. As experiências religiosas podem contraditoriamente ir para um lado ou para o outro. Ou seja, da mesma forma que a religião dá garantia e legitimidade ao Império, absolutizando-o e não revelando a sua lógica cruel e sacrificialista, porque prejudica vidas, ela ao mesmo tempo surge como uma voz também transcendente, com uma a dimensão profética, que se levanta como possibilidade e como espaço crítico.

Portanto, em oposição ao quadro de dominação cultural, política e econômica, há processos de globalização contra-hegemônica que se dão com a participação de vários e distintos grupos sociais. Neles há uma efetiva presença de grupos religiosos, que encontram em suas diferentes doutrinas justificativas para uma inserção social crítica ao sistema. É fato que há também as experiências que, ao contrário disso, reforçam e legitimam o sistema de dominação.

Os processos de globalização contra-hegemônica são difíceis de serem descritos, especialmente porque são diversos, muitos deles localizados em uma região ou outra, e nem sempre com estruturas centralizadas de articulação. No entanto, eles podem ser reconhecidos por serem um espaço de questionamento por intermédio de ideias e práticas sociais que visam identificar os processos de exclusão social, sobretudo das esferas da produção, presentes na dinâmica da globalização econômica e por ser um espaço para propor alternativas para a sociedade. Em uma tentativa de lidar com essa complexidade, há, no campo político, o que é chamado de “espírito dos Fóruns Sociais Mundiais” (desde sua primeira edição na cidade de Porto Alegre, Brasil, 2001, até os dias de hoje). Ele está em oposição às políticas neoliberais coordenadas pelo Fórum Econômico Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional, na sequência do “consenso de Washington”. Os movimentos em torno do Fórum Social Mundial, mesmo com suas contradições em função da natureza política ampla, variada e participativa, articulam a crítica ao sistema econômico com lutas antissistêmicas, incluindo as de naturezas étnicas, raciais, sexuais e as de grupos minoritários. Para Boaventura de Souza Santos, uma das lideranças do FSM, “o potencial contra-hegemônico das teologias progressistas [de diferentes religiões] reside na articulação que buscam entre a ligação visceral de um gesto assistencial, de um cuidado incondicional, e a luta política contra as causas do sofrimento como parte da tarefa inacabada da divindade” (SANTOS, 2013, p.121). O autor chama a atenção para o seguinte fato:

As lutas contra-hegemônicas pelos direitos humanos visam a mudança das estruturas sociais que são responsáveis pela sistemática de sofrimento injusto. São lutas materiais no sentido em que o seu ímpeto político deve dirigir-se à economia política subjacente à produção e à reprodução de relações sociais desiguais, mesmo quando essas relações estão menos direta ou linearmente ligadas à exploração capitalista e a uma hierarquia de base classista, como é o caso das relações que são objeto da política identitária convencional (discriminação sexual, racial, étnica, religiosa). São também lutas materiais no sentido em que pressupõem recursos políticos, financeiros e humanos para construir organizações e gerar militância (SANTOS, 2013, p.134).

Mesmo que cada grupo ou opção política tenha diferentes avaliações em relação às suas atuações, e que elas variam de tempo em tempo, com rupturas e descontinuidades, é consenso afirmar que, nos últimos anos, diversos governos na América Latina assumiram e têm desenvolvido políticas cujo perfil se enquadra em um espectro mais “à esquerda” do que seus antecessores. Em momentos específicos foi o caso do Brasil, da Venezuela, do Chile, da Argentina, da Bolívia, do Equador e do Paraguai. As repercussões dessas políticas requerem uma análise à parte, mas elas têm gerado expectativas de mudança social. O mesmo se dá com alguns movimentos sociais, como, por exemplo, os que se articulam em torno de direitos sociais e cidadania, em especial pelas redes sociais digitais, o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil, articulações de povos indígenas na Bolívia e mobilizações populares diversas, em especial as que integram o Fórum Mundial Social em suas diferentes versões no Brasil e em outros países, cuja referência básica é que “outro mundo é possível”. Esta pesquisa concluiu que a presença de movimentos inter-religiosos ou de grupos com ênfases religiosas distintas tem sido de certo destaque e força no contexto dos movimentos e polos contra-hegemônicos na sociedade, sobretudo nas edições dos Fóruns Sociais Mundiais (RIBEIRO, 2016).

A especificidade do diálogo inter-fés

Nessa perspectiva se ressalta uma distinção pouco tratada no contexto brasileiro que é entre as expressões “diálogo inter-religioso” e “diálogo inter-fés”. A primeira expressão já é, em certa medida, consagrada nos meios religiosos e acadêmicos no Brasil, sobretudo por Vigil (2006) e Teixeira (2012). A segunda, mais comum em outros continentes, possui maior densidade, pois aponta para maior dinamismo, espontaneidade e liberdade nas relações entre expressões religiosas distintas. A teóloga oriental Kwok Pui-Lan, na tentativa de superar os essencialismos ocidentais que definem o que seja a religião, excluindo outras experiências e alteridades “não oficiais” ou mais espontâneas, propõe o “diálogo interfé”. Essa expressão revela que “as conversações e interações estão acontecendo entre pessoas que pertencem a credos, e não entre religiões em si, entre religiões como sistemas de crenças e práticas” (PUI-LAN, 2015, p.21). Essa perspectiva colocaria todos os crentes e grupos em plano similar, e facilitaria com isso um diálogo mais autêntico e justo. Além disso, também é bom destacar que os diálogos acontecem em diversos níveis, “entre líderes religiosos em encontros ecumênicos, entre estudiosos em espaços acadêmicos e nas comunidades locais e não hierárquicas” (PUI-LAN, 2015, p.25).

Assim, para além das hierarquias religiosas e dos lugares comuns que circunscrevem o diálogo inter-religioso, e que, em boa parte das vezes, mantém escondidos os diferenciais de poder que ocupam cada sujeito e cada tradição na constelação plural das religiões, Pui-Lan afirma que “é imperioso para as pessoas de todos os credos trabalharem rumo a um futuro no qual a religião possa ser uma força não para a destruição, mas para o bem comum” (PUI-LAN, 2015, p.32).

O debate sobre religião em geral e sobre o pluralismo religioso em particular está intrinsecamente ligado a esses aspectos. Experiências religiosas, com suas propostas de ações, com seus canais de interação com a sociedade e com o espaço público, e com suas ideias teológicas, indicam com força tanto a perspectiva crítica e profética anti-imperial como

a de manutenção do *status quo*. As experiências religiosas ao valorizarem a vida humana e a natureza acima dos interesses econômicos e ao darem visibilidade às pessoas pobres e aos grupos subalternos de diferentes naturezas, contribuem para o desmascaramento do espírito do Império e expressam uma reserva de sentido contra-hegemônico. As iniciativas de diálogo inter-religioso têm dado sinais visíveis nestas direções, em especial o apelo à defesa dos direitos humanos e da terra e o aprofundamento da democracia para além dos aspectos formais (RIBEIRO, 2016). Ao mesmo tempo, e de forma variada e ambígua, estão outras fronteiras entre experiências religiosas e sociedade. Estas arestas são correlacionadas e formam imaginários em torno do pluralismo religioso. O ponto de vista que aqui se traça é que eles podem ser mais bem discernidos com os instrumentais de análise que venham a questionar a força religiosa, simbólica e prática do capitalismo globalizado e o potencial anti-imperial e contra-hegemônico das experiências religiosas, sobretudo inter-religiosas.

Movimento inter-religiosos, globalização contra-hegemônica e crítica ao Império

Como já referido, os processos contra-hegemônicos são variados e de diversas procedências e colorações ideológicas, sem uma estrutura centralizada de articulação, o que dificulta uma descrição precisa. No entanto, se pode mais uma vez afirmar que a complexidade deles pode ser equacionada naquilo que, no campo político, foi denominado “espírito dos Fóruns Sociais Mundiais”. A maioria dos movimentos inter-religiosos analisados nessa pesquisa está integrada às iniciativas do Fórum Social Mundial, e se opõe, portanto, à lógica do Império estabelecida na sociedade.

Para irmos em direção aos objetivos de destacar a crítica à lógica imperial efetuada pelos movimentos inter-religiosos estudados, é importante lembrar da produção teológica latino-americana que relaciona religião e dominação, especialmente aqueles estudos que destacam os aspectos de absolutização do poder econômico e político e como esses aspectos incidem negativamente nos processos sociais a ponto de inviabilizarem os processos democráticos e de garantia dos direitos humanos e da terra. Essa perspectiva teológica está fortemente presente na base conceitual das cartas de princípio e documentos dos movimentos inter-religiosos em questão.

Os movimentos inter-religiosos que foram analisados, com base em ações práticas e processos de formação e de mobilização, especialmente com seus canais de interação com a sociedade civil e com o espaço público, expressam uma visão crítica à lógica do Império. Eles, pelo menos em sua maioria, e não obstante suas contradições e limites, ao valorizarem a vida humana e a natureza acima dos interesses econômicos e ao darem visibilidade às pessoas pobres e aos grupos subalternos de diferentes naturezas, colocam em questão e evidência o espírito do Império e revelam, assim, uma reserva de sentido contra-hegemônico. Os referidos movimentos têm se destacado por serem fontes significativas de recriação simbólica a partir de práticas de contestação ao sistema econômico e de ações de superação da destruição causada por ele à supressão de direitos, tanto relativos à vida humana como à natureza. Várias das experiências vistas revelam que isso se dá (ou pelo menos deve se dar) não somente nas articulações políticas mais consistentes que se constituem como contra-hegemônicas na sociedade, mas também na valorização e na educação para os direitos humanos nas dimensões cotidianas e ordinárias.

Outro destaque nestas reflexões diz respeito à missão religiosa. A dimensão ecumênica inter-religiosa, proveniente da fronteira entre o respeito à pluralidade religiosa e a crítica ao poder imperial, revela que os processos missionários devem se dar não mais pela força imperial e pela supremacia de uma religião sobre outras, mas sim por processos dialógicos e de cooperação ecumênica. Essa perspectiva gera um processo de retroalimentação teológica e prática, pois à medida que se estabelece a crítica às formas imperiais surgem para os diferentes grupos religiosos envolvidas possibilidades de revisão das formas de exclusivismo. Esses processos de retroalimentação crítica foram constatados nas experiências inter-religiosas que foram analisados.

Nos processos de construção da paz e da justiça as análises globais das relações de dominação são, obviamente, fundamentais. Muitos teólogos e cientistas da religião têm se debruçado sobre as relações Norte-Sul e sobre os interesses econômicos e geopolíticos em torno das relações entre países e o papel das religiões nesses processos.

Vê-se uma interpelação teológica vinda do campo cristão latino-americano. Ela está presente direta ou indiretamente no contexto dos movimentos inter-religiosos estudados. Em síntese se pode afirmar que as relações de dominação e de exclusão que marcam a atualidade caracterizam o domínio de um “novo império”, capitaneado pelos Estados Unidos da América, condicionam e dirigem, não sem ambiguidades e contradições, todas as formas de pensamento, modos de viver e sistemas de valores.

A própria teologia pode se render ao império na medida em que camuflar em seus postulados os conflitos que marcam o mundo contemporâneo. Gera-se aí uma teologia distante do kerigma evangélico fundado na fé em Jesus Cristo. A pergunta fundamental a ser respondida pelos círculos teológicos e eclesiais cristãos é se o caminho de evangelização desejado deve ser definido “com as armas do império – repetindo erros do passado –, ou pelo diálogo com as religiões do mundo?” (COMBLIN, 2005, p.10). Essa perspectiva tem um significado especial para os diálogos inter-religiosos.

Em relação ao tema da missão, reconhece-se que ele tem sido desafiado pela teologia do pluralismo religioso, consequência da descolonização. Sabe-se que alguns grupos cristãos chegam a colocar em dúvida a própria missão ao se perguntarem se ela não teria como finalidade e como efeito a destruição das outras religiões e das outras culturas. O teólogo José Comblin, por exemplo, defende uma teologia da missão dentro do quadro de pluralismo religioso.

A revelação não é dom exclusivo do Cristianismo. Ora, se todas as religiões receberam algo da revelação, pode haver diálogo e comunicação mútua entre elas. Todas podem aprender a parte de verdade que lhes foi revelada. Essas são questões levantadas pelo pluralismo das religiões.

Por sua vez, a missão gera uma relação entre o missionário e os seus interlocutores. Durante séculos a relação era entre um missionário, que sabia toda a verdade e ensinava essa verdade, e a outra pessoa, que era ignorante. Estabelecia-se, assim, uma relação entre tudo e nada.

Agora, esse tipo de relação fica questionado. Voltando às origens, chega-se à consciência de que a missão não pode ser de conquista, nem aberta, nem sub-reptícia. Ela não pode ser uma imposição, mesmo uma imposição disfarçada pela superioridade intelectual do missionário. Hoje, a doutrina missiológica professa que a missão se realiza no diálogo. Um diálogo supõe o encontro entre duas pessoas iguais, que pelo menos se situam em nível de igualdade. Não há diálogo possível entre superior e inferior (COMBLIN, 2005, p.20).

Mas, como se fará o encontro do Cristianismo com as demais religiões? Para o autor:

[...] se hoje as igrejas querem evangelizar, não podem evitar o diálogo com as grandes religiões – como se fez desde o século XVII, quando Roma cortou as relações com as religiões da China e da Índia, condenando os jesuítas que se haviam lançado à missão. Foi a primeira grande chance de evangelização perdida por causa do fetichismo dos dogmas (COMBLIN, 2005, p.8).

Com essa visão, os processos missionários e eclesiais no campo da fé cristã não podem repetir as marcas de orgulho, de agressividade, de conquista e de dominação do Cristianismo no passado. Uma nova atitude missionária, distanciada das forças militares, políticas, econômicas e culturais do império, deve dar base para um diálogo com as religiões mundiais. Trata-se de evangelizar sem superioridade de poder. Esse diálogo deve se constituir como referência para todas as questões teológicas.

O diálogo advindo do pluralismo religioso está relacionado à questão da pobreza, pois ela é crucial para a fé cristã. Qual é a mensagem do Cristianismo em meio a outras religiões? Em que ele se distingue? Se o Cristianismo conseguir dar visibilidade à sua questão teológica primordial, prévia a qualquer exposição, que é a situação das pessoas pobres, ele poderá dar uma contribuição significativa para o diálogo inter-religioso.

Temos poucas experiências de missão no diálogo com as religiões, porque o que mais determinou a história do Cristianismo no império romano foi o diálogo com os filósofos gregos. Quase nada sabemos do que aconteceu com os cristãos no império persa. Já que estes cristãos eram tratados como espiões do império romano, não tiveram muita oportunidade de desenvolvimento. Era preciso examinar mais atentamente o que aconteceu na Igreja da Etiópia, já que é a única que nos vem dos primeiros séculos. E procurar juntar uma documentação sobre as experiências de evangelização sem conquista. Ver, por exemplo, como na Coreia o Cristianismo e as religiões locais reagiram uma sobre a outra.

A experiência dos filósofos cristãos foi uma experiência de elites sociais e intelectuais. O que conhecemos menos é o contato e a comunicação entre o Cristianismo e as outras religiões entre os pobres (COMBLIN, 2005, p.23).

Essa perspectiva está relacionada ao dado da revelação. Deus se revelou a Israel, em especial aos profetas, dentro da cultura, conceitos e palavras hebraicas, mas revelou também que eles “não conheceram toda a verdade e cometeram erros. Deus revelou-lhes que também podiam errar. [...] Não podia [Deus] ter feito a mesma coisa com os fundadores das grandes religiões mundiais? Essas são questões para a teologia atual” (COMBLIN, 2005, p.33).

O que está em questão é o papel das religiões nos processos de estabelecimento da paz, da justiça e da sustentabilidade da vida. Considerou-se, por suposto, que as grandes questões que afetam a humanidade e toda a criação requerem indicações teológicas consistentes e que há processos de abertura e de diálogo entre distintas religiões, em diversas frentes de ação, assim como há processos de enrijecimento das perspectivas religiosas, fortalecimento de práticas e valores fundamentalistas, acirramento de conflitos e reforço de culturas de violência. O quadro religioso vive intensamente essa ambiguidade e as reflexões teológicas precisam considerá-la atentamente.

Outra pressuposição importante com que se trabalhou é que diante das diversas indagações sobre a vida, em especial os temas que envolvem a paz e a justiça no mundo, são necessários eixos norteadores para que a reflexão teológica possua a abrangência capaz de ser relevante diante dos desafios que a sociedade apresenta na atualidade. A presente proposição é que a

perspectiva ecumênica inter-religiosa, uma vez articulada com as dimensões sociais, políticas, econômicas e culturais, dentro dos variados contextos históricos, pode oferecer densidade e amplitude para a reflexão teológica. Os esforços que valorizam a capacidade de diálogo e de sensibilidade ecumênica e aqueles que destacam a importância pública das religiões partem da concepção de que a perspectiva ecumênica, tanto em nível prático quanto em nível teórico-metodológico, requer e possibilita uma compreensão mais apurada da realidade, um aperfeiçoamento de visões dialógicas e o cultivo de maior sensibilidade para a valorização da vida e para a promoção da paz e da justiça.

Vale ressaltar que se tratou das experiências inter-religiosas no contexto de emancipação humana, não mais visto sob o ângulo do individualismo moderno, mas no âmbito das forças contra-hegemônicas na sociedade. Essa visão recupera o sentido da gratuidade e leva à indicação da presença – e, ao mesmo tempo, a necessidade –, de uma espiritualidade que possa corresponder aos processos sociopolíticos de aprofundamento democrático, de consolidação de direitos, de crítica às mais variadas formas de dominação, e à busca de alternativas à lógica imperial econômica. Essas visões de espiritualidade se expressam em aspectos práticos e concretos da vida social e política, como os processos de defesa da justiça social e econômica, dos direitos humanos e da terra, da cidadania e da dignidade dos pobres e das demais práticas inclusivas que defendam direitos das pessoas homossexuais, negros, indígenas, mulheres, juventude e grupos subalternos diversos e vozes dissonantes na sociedade. As diferentes formas de espiritualidades que emergem da pluralidade religiosa, sobretudo se vividas ecumenicamente, reforçam espaços de consciência social, alteridade, coexistencialidade, cordialidade, humanização e integração cósmica (TEIXEIRA; DIAS, 2008). O que concluímos nas presentes análises foi que a maioria das práticas inter-religiosas vistas, considerados os seus limites e ambiguidades, expressa com força social a essas perspectivas.

Conclusão

Analisou-se as possibilidades de inserção religiosa nos processos de globalização contra hegemônica, em especial o papel das experiências inter-religiosas no Brasil, que possam ocorrer como crítica à lógica e ao poder imperial. O enfoque foi o eixo articulador entre a preocupação religiosa pela paz, pela justiça e pela integridade da criação e a crítica às formas e expressões de Império.

A partir da contribuição de diferentes autores, compreendeu-se que a concepção atual de Império como algo que se funda pela identificação de um conglomerado de forças econômicas, políticas e simbólico-culturais, provenientes do funcionamento do capitalismo financeiro tardio, que convergem, sem a consideração de fronteiras ou de limites, para um domínio total na sociedade exercido globalmente por elites de intenso poder econômico e militar.

Destacou-se a tradição teológica cristã latino-americana, que está presente no contexto dos movimentos inter-religiosos analisados. A partir dela, mas em diálogo com autores de diferentes contextos, afirmou-se a importância da crítica às relações de dominação e de exclusão socioeconômica que marcam a atualidade e que caracterizam o domínio de um “novo Império”, capitaneado pelo sistema econômico capitalista, que, não obstante as reações contra-hegemônicas, condiciona e dirige as formas de pensar e de agir dos diferentes grupos e culturas e os sistemas de valores presentes na sociedade. Constatou-se que as práticas dos movimentos inter-religiosos analisados na pesquisa, em função de suas pautas no campo dos

direitos e ações sociopolíticas articuladas com iniciativas de reforço da democracia, podem ser consideradas, juntamente com diferentes movimentos sociais, forças contra-hegemônicas expressivas.

A expectativa é a de que os resultados desta pesquisa possam contribuir para que, cada vez mais, obtenha-se referenciais teóricos mais precisos para as análises sociais, no tocante aos papéis da religião e do pluralismo, especialmente tendo em vista o aprimoramento de práticas sociais que visem ao fortalecimento democrático, à cidadania e à consolidação de direitos. Espera-se também que esses resultados possam responder às necessidades advindas da prática de setores que trabalham em variadas frentes, como a educação religiosa nas esferas públicas e privadas, confessionais ou não, os setores da imprensa e da mídia em geral nas abordagens do quadro religioso, e mesmo setores governamentais e não governamentais em torno da formulação de políticas públicas. A expectativa é semelhante com relação às demandas que surgem para grupos que atuam na prestação de serviços, assessorias, consultorias, docência e de avaliações do quadro religioso e do lugar das religiões nas questões sociais e políticas. A presença pública inter-religiosa no Brasil parece ter firmado bases na sociedade para se fortalecer e ganhar visibilidade e influência de forma crescente.

Referências

- CAMPOS, L.S. *Teatro, templo e mercado: organização e marketing de um empreendimento neopentecostal*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- COMBLIN, J. *Quais os desafios dos temas teológicos atuais?* São Paulo: Paulus, 2005. p.8-33.
- HARDT, M.; NEGRI, A. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- LÖWY, M. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MIGUEZ, N.; RIEGER, J.; MO SUNG, J. *Para além do espírito do Império: novas perspectivas em política e religião*. São Paulo: Paulinas, 2012. p.27-29.
- PUI-LAN, K. *Globalização, gênero e construção da paz: o futuro do diálogo interfé*. São Paulo: Paulus, 2015. p.21-32.
- RIBEIRO, C.O. *Religião, democracia e direitos humanos: presença pública inter-religiosa no fortalecimento da democracia e na defesa dos direitos humanos no Brasil*. São Paulo: Reflexão, 2016.
- SANTOS, B.S. *Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos*. São Paulo: Cortez Editora, 2013. p.121-134.
- TEIXEIRA, F. *Teologia e pluralismo religioso*. São Bernardo do Campo: Nhanduti, 2012.
- TEIXEIRA, F.C.; DIAS, Z.M. *Ecumenismo e diálogo inter-religioso: a arte do possível*. Aparecida: Santuário, 2008.
- VIGIL, J.M. *Teologia do pluralismo religioso: para uma releitura pluralista do Cristianismo*. São Paulo: Paulus, 2006.

Como citar este artigo/How to cite this article

RIBEIRO, C.O. Movimentos inter-religiosos no Brasil e globalização contra-hegemônica. *Reflexão*, v.43, n.2, p.277-288, 2018. <http://dx.doi.org/10.24220/2447-6803v43n2a4212>

Recebido em 14/3/2018, reapresentado em 19/6/2018 e aprovado para publicação em 29/6/2018.

Reflexão, Campinas, 43(2):277-288, jul./dez., 2018